

# A ESCOLA COMO ESPAÇO DE IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – AÇÕES DO PROJETO ESCOLA QUE PROTEGE\*

---

## *The School as a space for identification and prevention of violence against children and adolescents – actions of the School that Protects Project*

Constantina Xavier Filha\*\*  
Eduardo Ramirez Meza\*\*\*  
Sandra Maria Francisco de Amorim\*\*\*\*  
Antônio José Ângelo Motti\*\*\*\*\*  
Edney Damasceno\*\*\*\*\*

### RESUMO

O artigo apresenta um relato de experiência a partir das atividades produzidas em projeto de extensão, desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no município de Campo Grande/MS, no ano de 2006, sob a coordenação do Departamento de Educação/CCHS e do Programa Escola de Conselhos/PRAE. O projeto visou capacitar profissionais da educação básica de escolas municipais de Campo Grande/MS abrangidas pelo Projeto Escola Aberta, técnicos/as da Secretaria Estadual de Educação, além de profissionais que atuavam em instituições de proteção aos direitos da criança e do/a adolescente. Este projeto integrou-se a um projeto nacional, coordenado pela SECAD/MEC, denominado “Escola que Protege”. A metodologia dialógica adotada teve como intuito a discussão acerca dos sentimentos, ações e condutas de profissionais da educação diante da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como a reflexão sobre o papel da escola como espaço de identificação e prevenção das múltiplas violências contra este público. Esta capacitação compreendeu os seguintes momentos: seminário inicial em que se abordaram as competências e atribuições das instituições que formam a rede de proteção à criança e ao adolescente localizadas na cidade; oficina de 20 h/a com o objetivo de subsidiar informações e reflexões sobre a temática citada; atividades de socialização, desenvolvidas pelos/as cursistas nas instituições às quais pertenciam, e seminário final para exposição e discussão pelos/as cursistas das atividades de socialização dos conceitos abordados e troca de experiências entre os/as participantes.

Palavras-chave: violência contra a criança e o adolescente; abuso sexual; educação sexual; direito da criança e do adolescente; formação docente.

---

\* Participaram da equipe de trabalho os profissionais da Secretaria Municipal da Educação de Campo Grande/MS: Gandhi Winckler e Maria Salete da Silva Floreste; como colaboradoras, as acadêmicas do curso de Pedagogia/UFMS: Ingrid L. Brazuna, Tatianny Aparecida E. da Silva, Stéphane Tarachuck e Aline Almeida; como bolsistas: Francielli de Souza; Tânia Cândido; Mariana Sayd Bellé; como colaborador, Renan Pina Motti.

\*\* DED/CCHS/UFMS – tinaxav@terra.com.br.

\*\*\* Escola de Conselhos – PRAE/UFMS – ramirez@nin.ufms.br.

\*\*\*\* DCH/CCHS/UFMS – sm.a@terra.com.br.

\*\*\*\*\* Escola de Conselhos – PRAE/UFMS – angelo.motti@uol.com.br.

\*\*\*\*\* Escola de Conselhos – PRAE/UFMS - edneydamasceno@nin.ufms.br.

## ABSTRACT

This paper presents an experience report from the activities produced in an extension project, developed by the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) in the city of Campo Grande/MS, during 2006, under the coordination of the Department of Education/CCHS and of the School of Councils Program/PREAE. The project aimed at instructing basic education professionals from the municipal schools in Campo Grande/MS that were included in the Open School Project, technicians from the State Department of Education, and also professionals that worked in organizations for the protection of the rights of children and adolescents. This project was integrated to a national project coordinated by the SECAD/MEC, named “Escola que Protege” (School that Protects). The dialogic methodology adopted aimed at discussing the feelings, actions and conducts of the education professionals in face of the sexual violence against children and adolescents problem, as well as to reflect upon the role of schools as a space for identification and prevention of the multiple violence actions against this public. This training included the following moments: initial seminary in which the competences and attributions of the institutions that are part of the network for the protection of children and adolescents, in each city, were discussed; 20h workshop aiming at supporting information and reflections on the given theme; activities of socialization, developed by the course takers in their home institutions, and a final seminary to expose and discuss the activities of socialization and the concepts included and to exchange experiences between the participants.

Keywords: violence against children and adolescents; sexual abuse; sexual education; children and adolescents rights; teacher formation.

## RESUMEN

El artículo presenta un relato de experiencia a partir de las actividades producidas en un proyecto de extensión, desarrollado por la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) en el municipio de Campo Grande/MS, en el año de 2006, bajo la coordinación del “Departamento de Educação/CCHS” y del Programa “Escola de Conselhos/PREAE”. El proyecto visó capacitar profesionales de la educación básica de las escuelas municipales de Campo Grande/MS, abrigadas en el “Projeto Escola Aberta”; técnicos/as de la Secretaria Estadual de la Educación, y profesionales que actuaban en instituciones de protección a los derechos de los niños y de los adolescentes. Ese proyecto se integró a un proyecto nacional, coordinado por la SECAD/MEC, denominado “Escola que Protege”. La metodología dialógica adoptada tuvo como intuito la discusión acerca de los sentimientos, acciones y conductas de los profesionales de la educación delante de la problemática de la violencia sexual en contra los niños y adolescentes, bien como la reflexión acerca del papel de la escuela como espacio de identificación y prevención de múltiples violencias contra ese público. Esa capacitación comprendió de los siguientes momentos: seminario inicial en el que se abordaron las competencias y atribuciones de las instituciones que forman la red de protección a los niños y al adolescente localizadas en la ciudad; curso de 20 h/a con el objetivo de subsidiar informaciones y reflexiones acerca de la temática citada; actividades de socialización, desarrolladas por los estudiantes en las instituciones a las cuales pertenecían, y de un seminario final para exposición y discusión por los mismos, de las actividades de socialización, acerca de los conceptos abordados en cambio de experiencias entre los participantes.

Palabras-clave: violencia contra los niños y el adolescente; abuso sexual; educación sexual; derecho de los niños y del adolescente; formación docente.

### Contextualização do Projeto de Extensão

O presente artigo tem como objetivo apresentar dados da trajetória do projeto “Escola que Protege: a escola como espaço de identificação, prevenção e enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes – Campo Grande/MS”. Trata-se de projeto de extensão, com coordenação do Departamento

de Educação/CCHS e do Programa Escola de Conselhos/PREAE, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, com o propósito de capacitar profissionais da educação básica de escolas municipais de Campo Grande/MS, vinculadas ao *Projeto Escola Aberta*, técnicos/as da Secretaria Estadual de Educação, além de profissionais que atuavam em instituições de proteção aos direitos da criança e do/a adolescente neste município.

O projeto integrou-se ao projeto nacional coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC –, denominado “Escola que Protege”, criado para fortalecer a política de inclusão da educação em temas relativos à violência contra crianças e adolescentes. O projeto nacional compreendeu a capacitação em duas modalidades: à distância, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e a modalidade presencial, pelas universidades dos estados selecionados.

No caso de Mato Grosso do Sul, a UFMS elaborou e executou a etapa presencial da capacitação nos municípios de Campo Grande e Corumbá, enquanto a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – executou a etapa presencial no município de Dourados.

O projeto realizado em Campo Grande/MS fundamentou-se em uma metodologia dialógica, com o intuito de discutir sentimentos, ações e condutas de profissionais da educação e da rede diante da problemática da violência contra crianças e adolescentes, bem como refletir sobre o papel da escola como espaço de identificação, prevenção e enfrentamento de violência contra esse público. Esta capacitação foi realizada, no primeiro momento, com um seminário inicial em que se abordaram as competências e atribuições das instituições que formam a rede de proteção e atenção à criança e ao/a adolescente localizadas em nossa cidade. Em seguida, devido ao número de inscrites e com o objetivo de viabilizar melhor rendimento dos trabalhos, o grupo foi dividido em duas turmas para a participação em oficina de 20 h/a. O objetivo desta oficina foi subsidiar informações e reflexões sobre a temática citada.

Durante o processo de capacitação presencial, cada aluno/a participante foi orientado a resgatar sua proposta de ação para repasse e socialização dos conceitos abordados na capacitação em sua respectiva instituição, elaborada e apresentada na etapa de capacitação

à distância. Esta proposta, quando necessário, foi reelaborada sob orientação da UFMS e, durante o processo de capacitação presencial, executada pelos/as cursistas.

O projeto encerrou-se com um seminário em que os alunos e alunas, participantes da capacitação, expuseram as atividades desenvolvidas com as respectivas trocas de experiência entre os/as participantes.

O projeto teve diversos objetivos: promover a capacitação presencial de profissionais da educação e da rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente; propiciar informação sobre a temática da violência, dentre elas a sexual; propiciar elementos para a identificação das evidências de situações de abuso sexual e as possíveis formas de atuação no enfrentamento e prevenção no âmbito educacional; sensibilizar os/as participantes sobre os danos causados pela violência sexual, especialmente no caso de abuso sexual, contra crianças e adolescentes. Durante o decorrer do projeto foram realizadas avaliações iniciais, processuais e finais para que, ao final, analisássemos se os objetivos seriam atingidos.

A seguir serão detalhados alguns aspectos da operacionalização do projeto: as dificuldades encontradas durante o processo e as ações para superá-las, a metodologia privilegiada e os resultados alcançados, concluindo-se com os aspectos avaliativos e com algumas análises oriundas das avaliações processuais e finais do referido projeto.

### Barreiras iniciais: reflexões sobre o processo

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na década de 1990, as violências, dentre elas a sexual, contra crianças e adolescentes, passaram a constituir crime e violação aos seus direitos. O Brasil tem se organizado, a partir de então, para estabelecer o

cumprimento dos direitos sociais de seus cidadãos e cidadãs, elegendo o segmento infanto-juvenil como prioritário para o desenvolvimento de programas e políticas públicas. Entretanto, os avanços da legislação infelizmente ainda não se encontram materializados em nossa sociedade. A violência contra crianças e adolescentes ainda é uma realidade a ser enfrentada. Ela pode se configurar em vários tipos: negligência, abandono, violência psicológica, violência física, violência sexual (exploração e abuso sexual), etc. As violências contra crianças e adolescentes, segundo Guerra (1998), implicam: a) transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade numa desigualdade de poder intergeracional; b) negação do valor de liberdade, na medida em que impõe à criança e ao adolescente um pacto de silêncio; c) processo de vitimização como forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, de submetê-la ao poder do adulto a fim de coagi-la a satisfazer seus interesses e expectativas.

O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes traz implícito um aspecto nefasto, que é a rede de silêncio que se estabelece entre as pessoas envolvidas. Esta situação agrava-se quando o território de ocorrência da violência é a família. Esta constatação demonstra a necessidade de se romper com esse círculo que se torna nefasto. O silêncio que alimenta esse tipo de violência, especialmente o abuso sexual, precisa ser questionado especialmente por educadores e educadoras que estão diariamente em contato com esse tipo de problema. Estudos realizados por diversos autores e autoras alertam que a vítima demonstra de diversas formas, não necessariamente explícitas, o pedido de ajuda. Esse clamor nem sempre é observado por profissionais próximos/as às crianças e

adolescentes vítimas. O professor ou a professora é, quase sempre, o adulto mais próximo e que poderia interferir nessa dinâmica familiar abusiva.

No entanto, pesquisas constataam a dificuldade e a insegurança que estes profissionais demonstram ao se deparar com a problemática. Estudos como os de Vagostello *et al.* (2003; 2006), Brino e Williams (2003), Ristum (2002), Libório e Camargo (2006), entre outros, ressaltam a dificuldade do docente em discutir o tema da violência e enfrentá-lo no ambiente escolar; trazem também com recorrência a dificuldade, ou mesmo resistências, dos/as educadores/as e das instituições escolares em assumirem seu papel de responsabilidade legal de encaminhamento das suspeitas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Momentos de discussão, reflexão e estudo são necessários para que tais sentimentos e condutas sejam questionados e desconstruídos.

A resistência por parte de educadores/as é a primeira “barreira” vivenciada especialmente no início do projeto. Os/as cursistas<sup>1</sup> mostravam-se reticentes em debater a questão. Muitos/as colocavam-se fora dela, como se não tivessem responsabilidade alguma. Havia também o discurso de que o projeto trazia mais trabalhos e encargos para a instituição escolar. Alguns/mas diziam sentir-se violados/as em seus direitos como docentes e se questionavam como poderiam “proteger” alguém se, na verdade, sentiam-se “desprotegidos” diante das violências de que eram vítimas, inclusive tendo como agressores/as as próprias crianças e adolescentes com as quais conviviam.

O medo da denúncia, caso evidenciassem algum caso de violência no cotidiano escolar, somava-se às angústias iniciais do grupo. Além disso, a fragilidade da rede de proteção à criança

<sup>1</sup> O perfil dos/as cursistas foi o seguinte: 90,79% do sexo feminino e 9,21% do masculino; as atividades profissionais predominantes eram as de professora de educação infantil; professora dos primeiros anos do Ensino Fundamental; professor/a dos últimos anos do Ensino Fundamental; professor/a da Escola Aberta; orientadora educacional; supervisor/a escolar; diretor/a de escolas e profissionais que atuam na rede de proteção à criança e ao/a adolescente, totalizando 76 cursistas.

e ao adolescente foi evidenciada, no seminário, tão logo a apresentação das suas competências e atribuições.

Essas foram as barreiras iniciais que, no decorrer das atividades do projeto, passaram a ser questionadas, refletidas e, em alguns casos, desconstruídas. A seguir serão relatadas as atividades desenvolvidas; posteriormente, vai-se descrever como as dificuldades iniciais foram se dissipando.

## Metodologia de trabalho e resultados obtidos

O Projeto de Extensão, cujo principal objetivo foi a capacitação de profissionais da educação e da rede de proteção à criança e ao adolescente, foi estruturado em várias etapas. A destacar: Seminário Inicial (12 h/a); Oficina (20 h/a); Atividades Orientadas (12 h/a); Organização do Seminário Final (4 h/a) e Seminário Final (12 h/a), totalizando a carga horária de 60 h/a.

A metodologia adotada variou de acordo com os objetivos específicos de cada atividade. Priorizaram-se, contudo, dinâmicas de grupo, estudo de textos, estudos de caso, reflexões coletivas, discussões, trocas de experiências e debates. A seguir serão detalhadas as atividades desenvolvidas.

### *Seminário inicial*

#### *Descrição das atividades*

Esta atividade teve como objetivo apresentar a composição e as atribuições das instituições que compõem a Rede de Proteção à Criança e ao/à Adolescente no município de Campo Grande/MS. Outro objetivo foi o de ampliar o leque de informações iniciadas na etapa da capacitação à distância. Um tema

que necessitava de mais aprofundamento era o histórico dos direitos da criança e do adolescente, contemplado na palestra inicial. No seminário, priorizaram-se as técnicas de palestra e mesa redonda.

### *Oficina*

#### *Descrição das atividades*

O grupo de cursistas foi dividido em duas turmas para a realização da oficina de 20 h/a. Optou-se pela divisão do grupo para melhor aproveitamento dos conteúdos e suas discussões com um número não muito grande de pessoas ao mesmo tempo. Esta atividade teve como objetivo a discussão, troca de informações e de reflexões sobre as múltiplas violências a que crianças e adolescentes são submetidos e sobre a função da escola neste processo.

No quadro a seguir (Quadro 1), mostra-se a organização adotada na oficina que se estruturou em torno dos estudos de caso. Este pressuposto metodológico possibilitou a cada cursista refletir a partir de fatos da realidade, buscando exercer a capacidade empática. Diante de cada caso, pôde-se pensar o papel da escola e, conseqüentemente, dos profissionais que lá atuam, os quais, em muitos casos, não conseguem identificar os casos de violência, e por isso não interferem no rompimento deste círculo.

Os conteúdos abordados foram discutidos a partir dos casos apresentados. Com base neles, priorizou-se a temática das violências, ressaltando-se os marcos teóricos, a ética profissional e, especialmente, os sentimentos oriundos da identificação de violência entre e contra as crianças e adolescentes nas instituições escolares. Outra perspectiva foi a de priorizar a interface da temática da violência a partir de categoriais como sexualidade, gênero, poder e identidade. A discussão da violência com as relações de gênero derivou dos casos em que o agressor era do sexo feminino e dos casos em que as vítimas eram meninos. Desta



QUADRO 1 – ORGANIZAÇÃO DA OFICINA SOBRE ESTUDOS DE CASO

discussão passou-se à temática da sexualidade e da constituição das identidades sexuais e de gênero.

Vários debates e discussões foram priorizados, de modo que, além das informações e trocas de experiências, os/as cursistas puderam falar e questionar o papel da educação e da escola e quais as formas que educadores/as podem atuar diante das múltiplas violências. Sentimentos como impotência, medo e insegurança vieram novamente à tona. A temática do fenômeno *bullying*<sup>2</sup> também foi analisada como uma forma de produção da violência dentro da própria escola.

No final da oficina, os planos de ação produzidos na capacitação a distância foram retomados e reelaborados. Cada cursista, por escola e/ou instituição, apresentou o plano das ações a serem desenvolvidas na etapa posterior ao projeto, qual seja, o repasse/multiplicação/

socialização dos conceitos para a comunidade em que atua.

#### *Atividades orientadas e preparação para o seminário final*

##### *Descrição das atividades*

Após a oficina, cada cursista ficou com a incumbência de socializar e mediar os assuntos, informações e discussões realizados, tanto no Seminário Inicial quanto na Oficina, para a comunidade em que atua. Nesta etapa, individualmente ou em equipe, os/as cursistas repassaram para a comunidade local os assuntos trabalhados até então. Estas atividades ocorreram junto aos/as alunos/as (crianças ou adolescentes), professores/as, familiares e para a comunidade em geral. Parte da carga horária da capacitação também foi destinada à organização dos dados e à preparação da apresentação final no seminário.

<sup>2</sup> *Bullying*, palavra de origem inglesa, utilizada pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre a violência escolar. É um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos/as contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuações de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros/as alunos/as, levando-os/as à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais (FANTE, 2005). Ver: COSTANTINI, Alessandro. *Bullying: como combatê-lo? Prevenir e enfrentar a violência entre os jovens*. São Paulo: Itália Nova, 2004; FANTE, Cleo. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. 2. ed. rev.e ampl. Campinas, SP: Verus Editora, 2005.

Nesta etapa, os/as cursistas vivenciaram as resistências de seus próprios colegas de trabalho quanto à temática da violência contra crianças e adolescentes, quando alguns reproduziram os mesmos discursos que alguns/mas cursistas produziram no início da capacitação. O trabalho em grupo, em alguns casos, também foi uma das barreiras vivenciadas neste processo. Conseguir espaço no calendário escolar, frente a todas as atividades previstas, em alguns casos constituiu outro empecilho a ser transposto. No entanto, essas dificuldades serviram para refletir sobre a ação e a produção de outras atividades pelos/as próprios/as cursistas, propiciando o replanejamento.

### *Seminário final*

#### *Descrição das atividades*

Os/as cursistas, individualmente ou em equipe, apresentaram as atividades desenvolvidas relatando os pontos positivos e as dificuldades encontradas no processo de socialização. O objetivo deste momento final foi trocar experiências, bem como avaliar o projeto a partir da exposição das ações desenvolvidas.

### “Transpondo” as barreiras

Ao longo do projeto foram encontradas diversas dificuldades; a maioria delas, entretanto, foi dirimida no processo.

Os/as cursistas apresentaram, inicialmente, certa resistência à discussão e ao posterior engajamento na questão das múltiplas violências contra crianças e adolescentes, como já se viu. Muitos diziam não se sentir preparados para atuar em seus respectivos ambientes de trabalho e que esta seria mais uma atribuição, dentre tantas outras, da escola. Alguns/mas questionavam também haverem sido indicados pela direção da escola para participar do curso

e que, por este motivo, não tendo ingressado no projeto por iniciativa própria. Outros ainda vinham com uma avaliação negativa da participação como estudantes da etapa à distância, algo que dificultava a continuidade da capacitação.

Apesar das “barreiras” iniciais, durante o processo de trabalho, especialmente com as discussões e estudos propiciados no momento das oficinas, o grupo passou a refletir sobre as múltiplas violências, colocando-se no papel de atores e partícipes da rede de proteção à criança e ao/à adolescente. O grupo também pôde observar em que medida a escola se omite e até mesmo produz violências contra seus alunos e alunas. O fenômeno *bullying* foi estudado como uma forma de violência praticada e produzida por crianças e adolescentes no contexto escolar, algo que adultos, professores/as e profissionais da escola devem observar e sobre que atuar em suas rotinas escolares.

Durante as várias discussões nos grupos de trabalho, porém, ficou clara a fragilidade da Rede de Proteção à Criança e ao/à Adolescente. Considerou-se mesmo necessário aumentar o número de Conselhos Tutelares para atender à demanda das escolas.

Quanto aos objetivos propostos, quais sejam, propiciar informações sobre a temática das múltiplas violências, dentre elas a sexual, bem como elementos para a identificação de evidências de situações de abuso sexual e as possíveis formas de atuação no enfrentamento e prevenção a essas temáticas no âmbito escolar, pode-se afirmar que o projeto de extensão os cumpriu.

No decorrer do processo e nas apresentações do Seminário Final, foram observados alguns indicadores avaliativos que merecem destaque, algo que evidencia que as barreiras iniciais foram “transpostas”:

- Percebeu-se maior disponibilidade e abertura por parte dos/as cursistas para a discussão sobre as

múltiplas violências a que crianças e adolescentes são submetidos.

- Foi despertada a sensibilização dos/as cursistas relativamente ao trabalho com a temática da violência. As metodologias adotadas para o repasse e socialização das informações e conceitos trabalhados nas capacitações foram as mais variadas. Houve uma multiplicidade de atividades com o objetivo de coletar dados da cultura da infância e da adolescência e produzir material reflexivo com desenhos, teatro, *raps*, produções com as tecnologias informacionais e comunicacionais com o intuito de envolver crianças e adolescentes com a temática da violência a que estão submetidos, fazendo com que estes se tornem protagonistas de ações e de informações para seus pares.
- A avaliação final por parte dos/as cursistas foi positiva. Muitos disseram, oralmente e por escrito, que se sentiam mais confiantes e com vontade de desenvolver um trabalho mais amplo sobre a temática trabalhada. Muitos/as deles/as ultrapassaram os muros da escola e começaram um trabalho com a comunidade local, desenvolvendo ações (como passeatas nos bairros circunvizinhos à escola) e também a utilizar o sistema de comunicações locais (como a emissora de rádio da comunidade em que a escola estava inserida). Várias atividades foram desenvolvidas com a parceria de instituições sociais que atuam nos direitos da criança e do adolescente para palestras e diálogos com os familiares dos/as alunos/as.

Quanto às mudanças na conduta e na prática discursiva dos/as cursistas, outros aspectos também merecem destaque, indicando elementos da avaliação do processo:

- informação sobre como identificar casos e como formalizar denúncia e notificação;
- “desacomodação” das pessoas em relação ao tema – nas avaliações finais pôde-se perceber o quanto o tema passou a fazer parte da vida profissional e pessoal das pessoas envolvidas; o sentimento de grupo também foi fomentado; é importante ressaltar a idéia de que uma ação como esta é processual, como implica mudanças no modo de pensar das pessoas e quanto isto leva de tempo, não sendo instantânea; mesmo assim, foi possível observar mudanças significativas no discurso e nas condutas das pessoas envolvidas;
- reflexão da temática da violência para além das instituições escolares – foi apontada a necessidade de ampliação e maior qualificação da rede (órgãos de proteção à criança e adolescente); houve indicação para que solicitasse formalmente a ampliação dos Conselhos Tutelares do município;
- avaliação de que a resistência inicial manifestada pelos cursistas, na realidade, escondia o temor do enfrentamento de algo que já estava lá para ser trabalhado (no final da capacitação, os/as educadores/as perceberam e relataram que não havia “mais uma tarefa” a ser feita por eles/elas, mas sim a necessidade de instrumentalizá-los para lidar com o que já ocorria);
- destaque para a participação de uma escola rural, muitas vezes mantida

à distância das ações desenvolvidas em outras escolas;

- reconhecimento de que já existia um trabalho tímido nesse sentido, mas sem fundamentação teórico-prática;
- necessidade de expansão para outras comunidades e escolas – inclusive particulares; houve unanimidade no grupo dos cursistas sobre a necessidade de dar continuidade ao projeto e de expandi-lo para outras instituições de ensino.

As avaliações dos/as cursistas, realizadas no decorrer do processo e no seminário final, são elucidativas quanto aos aspectos positivos do projeto. A temática da violência passou a ser pensada e debatida pelo grupo de educadores/as. Estes/as, por sua vez, passaram de uma atitude de certo distanciamento ou resistência para se posicionarem como integrantes ativos da rede de proteção à criança e ao/à adolescente. Tal intento mostra-se relevante nos discursos dos/as cursistas ao preencherem o instrumento de avaliação e, também, no momento de troca de experiências, em que relataram atividades desenvolvidas em suas instituições de origem.

As ações de repasse/multiplicação na comunidade também merecem destaque. Pais, mães, alunos, alunas, professores, professoras, técnicos e profissionais da escola e da comunidade escolar passaram a discutir as mais variadas formas da violência, mediadas pelas ações dos/as cursistas. Alunos e alunas tornaram-se protagonistas de ações educativas, produzindo textos, cartazes, disseminando informações para seus pares, bem como para suas famílias. Outro aspecto a destacar foi o alcance destas socializações. A quantidade de público atingido nestas ações mostra-se reveladora, como se pode observar no quadro abaixo.

Os números descritos no quadro revelam o engajamento do grupo de cursistas para propagar, mediar e socializar as informações trabalhadas nas capacitações do projeto de extensão “Escola que Protege”. A comunidade escolar passou a discutir a temática da violência e a refletir sobre as formas de prevenção. Estes dados numéricos também evidenciam que o grupo se sensibilizou com os temas estudados, algo que passa a ser relevante na avaliação do projeto como uma atividade de sucesso e com vistas a tornar-se uma prática consolidada no cotidiano escolar.

Capacitação	Público atingido – atividades de repasse/multiplicação				
	Instituições**	Alunos/as***	Professores/as	Funcionários/as da escola****	Comunidade em geral*****
N.º de cursistas*					
<b>76</b>	<b>19 EM</b> <b>04 EE</b> <b>02 CRAS</b>	<b>12.707</b>	<b>710</b>	<b>360</b>	<b>4.908</b>

\* Cursistas/Instituições: 19 Escolas Municipais, Profissionais da Secretaria Estadual de Educação, Profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS e UNDIME.

\*\* Instituições atingidas: 19 Escolas Municipais (18 delas são unidades escolares participantes do projeto Escola Viva/Escola Aberta); 04 Escolas Estaduais (foram capacitadas pelas profissionais da Secretaria Estadual de Educação); 02 Centros de Referência atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Este grupo realizou outras ações educativas em: 01 escola particular; Instituto Mirim; 01 Escola Municipal; e oficinas em bairros periféricos de Campo Grande/MS.

\*\*\* Alunos/as: Educação Infantil; primeiros anos do Ensino Fundamental; Classes de Aceleração – turnos matutino, vespertino, noturno e atividades no final de semana – Programa Escola Aberta.

\*\*\*\* Funcionários/as da Escola: Orientadores/as educacionais; Supervisores/as Escolares; Coordenadores/as Pedagógicos/as; Técnicos/as administrativos; Diretores/as e diretores/as-adjuntos/as.

\*\*\*\*\* Comunidade em Geral: pais/mães/responsáveis, líderes de bairro e demais integrantes da comunidade local.

QUADRO 2 – DADOS SOBRE OS CURSISTAS DO PROJETO “ESCOLA QUE PROTEGE”

Outro aspecto a destacar é a mudança discursiva dos/as cursistas quanto à obrigatoriedade de educadores/as de denunciar/notificar qualquer caso de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n. 8.069/1990 – nos artigos 13, 56 e 245<sup>3</sup>. No início da capacitação, os educadores e educadoras eram reticentes quanto a esta obrigatoriedade. Palavras como “medo”, “receio”, “ansiedade” e “conflito” estavam presentes nas narrativas discursivas. Muitos deles/as diziam que a lei deveria ser cumprida, mas não se colocavam como sujeitos nas respostas. Na avaliação final, a mudança a respeito à mesma questão é bastante contundente. Passaram a entender o papel da escola como integrante da Rede de Proteção da Criança e do/a Adolescente; em virtude disso, também sugeriram a continuidade do projeto, apontando novos temas para serem estudados e aprofundados.

Uma educadora de Educação Infantil assim se pronunciou a respeito da obrigatoriedade da denúncia/notificação:

Como educadora, penso ser de minha responsabilidade observar o que acontece em minha sala de aula, na escola, na comunidade, enfim, na sociedade em que estou inserida. Se meu objetivo é “formar cidadãos críticos”, devo ensiná-los a lutar por seus direitos, levando-os a perceber e a buscar uma cultura de paz, buscando construir uma sociedade mais digna. A omissão não faz parte desta concepção.

O discurso traz enunciados de posicionamento da educadora diante da questão a partir da própria vivência e de objetivos educacionais que considera preponderantes.

Outra educadora, das 1.<sup>as</sup> séries do Ensino Fundamental, também refletiu sobre a questão:

Já tive conhecimento de muitos casos de violência na minha comunidade/escola; muitas vezes deixei de denunciar ou mesmo de notificar, mas depois da capacitação me senti mais segura e já estou colocando em prática tudo o que aprendi.

Vários discursos dos/as cursistas também ressaltam o que esta professora apresentou. O medo e a insegurança da denúncia/notificação foram amplamente discutidos e, sobre eles, muito se refletiu durante todo o processo de capacitação. Muitos/as vivenciaram situações de casos de violência em que tiveram que tomar atitudes e, conforme os relatos, sentiram-se mais confiantes para cumprir os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O projeto mostrou-se bem-sucedido também no engajamento da equipe de trabalho e na parceria entre as equipes da UFMS e dos profissionais da *Escola Aberta* da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, além do apoio financeiro recebido da SECAD/MEC. A Secretaria Municipal de Educação mostrou-se engajada e compromissada com o projeto, permitindo que os/as profissionais se ausentassem do ambiente escolar durante a capacitação, com o pagamento de substitutos/

<sup>3</sup> Artigo 13: “Os casos de suspeita ou confirmação e maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.” Artigo 56: “Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I – maus-tratos envolvendo seus alunos; II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III – elevados níveis de repetência.” Artigo 245: “Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.”

as. Outro aspecto positivo a declarar foi o apoio recebido de várias instituições e órgãos que atuam na *Rede de Atenção, Prevenção e Proteção e Rede de Defesa e Responsabilização*. As atividades do projeto também estimularam a criação de uma ficha única de notificação entre os setores da educação e os órgãos competentes. Esta discussão continuou durante

o ano de 2007, após o término deste projeto, por uma comissão gestora. Neste mesmo ano, para atender à demanda do grupo, desenvolvemos outro projeto de extensão: “Escola que Protege: a escola como espaço de identificação e prevenção das múltiplas violências contra crianças e adolescentes – Campo Grande/MS – Ações de Continuidade”.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, S. M. F. Reflexões sobre o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. In: SILVA, A. S.; SENNA, E.; KASSAR, M. (Orgs.). *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir da experiência de Corumbá-MS*. Brasília: OIT, 2005.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, jul. 2003.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CAMARGO, Luciene dos Santos. *A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente*. Caxambu, MG: Anais da ANPED, 2006.

RISTUM, Marilena. Violência urbana: a avaliação de professoras sobre a atuação da escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 6, n. 2, dez. 2002.

\_\_\_\_\_; BASTOS, Ana Cecília de Souza. *A violência urbana e o papel da mídia na concepção de professoras do Ensino Fundamental*. São Paulo: Paidéia, 2003. Disponível em: <<http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/26/06.doc>>. Acesso em: 22/05/2007.

VAGOSTELLO, Lucilena et al. *Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo*. São Paulo: Paidéia, v. 13, n. 26, 2003. Disponível em: <<http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/26/07.htm>>. Acesso em: 22/05/2007.

\_\_\_\_\_. et al. Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo. *PSIC – Revista de Psicologia da Vetor Editora*, v. 7, n.1, jan./jun. 2006.

Texto recebido em 26 set. 2007  
Texto aprovado em 22 fev. 2008